As idiossincrasias da vida cristã e a difícil realização da experiência evangélica

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

O artigo aborda o grande descompasso ético entre a teoria e a prática na experiência religiosa do devoto cristão tradicional, muitas vezes incapaz de aplicar rigorosamente os preceitos evangélicos propostos por Jesus de Nazaré por justamente não vivenciar em seu âmago a intensidade dessa doutrina plena de beatitude e amor. Desse modo, argumentamos que a essência do modo de ser crístico raramente se realiza em nossa conjuntura civilizacional, não obstante bilhões de indivíduos se denominarem como cristãos.

Palavras-chave: Cristianismo; Beatitude; Hipocrisia; Estado; Ressentimento.

* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; Professor do Curso de Especialização em Pesquisa de Mercado e Opinião Pública-UERJ, da Faculdade CCAA e da Faculdade Duque de Caxias-UNIESP.

Introdução

Determinadas épocas do ano estimulam a reflexão sobre os valores predominantes que fundamentam nossa estruturação social, de maneiro que possamos assim produzir um diagnóstico cultural sobre nossa época e nosso modo de viver. O Natal, data que no mundo cristão celebra simbolicamente o nascimento de Jesus de Nazaré, é uma delas. O Natal, que originalmente afirma a esperança de renovação da vida a cada ano que se inicia, se afastou dos seus propósitos sagrados ao se tornar acima de tudo uma efeméride capitalista de defesa do consumismo e dos seus efeitos deletérios nas relações humanas. Se o Natal se tornou um dispositivo fetichista de consumo, o que teríamos a dizer sobre a estrutura axiológica cristã que sustenta hegemonicamente nossa ordem civilizacional?

A doutrina evangélica de Jesus de Nazaré, se porventura fosse aplicada rigorosamente pelos fieis cristãos que tanto se pavoneiam como tais perante o mundo, certamente promoveria um melhoramento da condição humana em sua organização social e uma maneira mais amorosa de se relacionar não apenas com o próximo, mas com o próprio meio ambiente. Todavia, entre teoria e prática existe uma cisão fundamental, e diversas contradições marcam o que chamamos usualmente de "vida cristã". A partir da exegese de algumas passagens bíblicas e das contribuições de pensadores fundamentais que refletiram sobre a consciência moderna e suas idiossincrasias sociais, veremos o quanto a grande massa de sectários cristãos vive afastada efetivamente das prédicas evangélicas originárias.

A questão do valor da vida

Muitos cristãos defendem de maneira talvez automática o valor da vida como uma categoria intocável, de modo que refutam a prática do aborto e da eutanásia, não importando em quais circunstâncias as mesmas são realizadas. Nesse contexto, nada mais fazem do que adotar uma perspectiva extensiva da vida, pautada na mera quantificação do tempo, e não na sua qualidade. Há ocasiões em que o aborto deve ser praticado sem qualquer aflição moral por parte da mãe (em caso de estupro ou risco de morte para a progenitora), assim como em casos de degradação absoluta da vida do enfermo em estado terminal ou irreversível, a eutanásia seria uma saída para o término do tormento moral desse grande mal-estar existencial. O que podemos afirmar categoricamente é que cada caso merece ser analisado em sua máxima singularidade, evitando-se a expressão "nunca": "nunca farei isso", "nunca aceitarei isso". Contudo, se muitos cristãos condenam peremptoriamente o

aborto ou a eutanásia, muitos cristãos, quando acometidos de indignação inflamada contra um crime que gera grande comoção social, não hesitam em defender a execução do delinquente pelo braço punidor do Estado, clamando pela pena de morte, ou mesmo legitimando moralmente as ações repressivas das forças policiais na sua luta contra o banditismo. Curiosamente muitos parlamentares das bancadas religiosas são peremptórios em rechaçar qualquer avanço significativo no debate sobre a legitimidade da eutanásia e do aborto, mas não hesitam em defender a pena de morte baseados em obscuras passagens veterotestamentárias que não fazem mais sentido em nossa realidade atual.

A defesa da pena de morte, em qualquer circunstância, viola os preceitos básicos dos Evangelhos, fundamentados na aplicação do perdão e da misericórdia em todas as ocasiões. Por conseguinte, a apologia da pena de morte representa uma disposição incompatível com a beatitude crística; entretanto, no primeiro momento de crise muitos sectários cristãos parecem deixar de lado a aplicação da doutrina evangélica em prol da consecução dos seus ímpetos reacionários de violência contra os seus desagravos. Além disso, se postularmos a existência de vida espiritual para além da matéria, a aplicação da pena de morte talvez se torne um prejuízo para a evolução moral do condenado, pois este, caso se arrependa dos seus delitos, fica impossibilitado de continuar sua trajetória de retificação interior rumo ao caminho do bem. Ora, se este sujeito corrigiu suas falhas de caráter e se tornou uma pessoa moralmente melhor, mudando assim sua conduta prática, não faz mais sentido nenhum que lhe seja aplicada a pena capital. Desse modo, fica nítido que o objetivo da pena de morte não consiste em se estabelecer um projeto social de coerção moral exemplar mediante a ameaça da extinção da vida individual, mas tão somente em se exercer a vingança soberana chancelada pelo poder estatal. No mesmo erro incorrem os falsos cristãos que defendem a repressão brutal das forças policiais contra os criminosos, postulando o infame discurso de que "bandido bom é bandido morto". A disposição ética de esperança de renovação moral do infrator da lei civil vai para o esgoto toda vez que um pretenso cristão deixa a peçonha do ímpeto de vingança predominar sobre todo apelo de misericórdia e de perdão.

É o espírito de vingança que se manifesta nas palavras do devoto cristão quando este, impactado pelos acontecimentos sociais mais terríveis ou quando ofendido diretamente pela agressão do criminoso, eleva sua voz no clamor pela execução capital, pois seu ressentimento embota toda sua capacidade de discernimento. Para onde se esvaiu o sentido sublime do perdão crístico? Cabe ressaltar que o termo "ressentimento" significa, no seu sentido original, o ato de se sentir novamente um dado afeto, motivado por uma impressão externa registrada na mente do ser humano, estado que traz à superfície de consciência e nas disposições emotivas dessa pessoa, portanto, a intensidade dos afetos sentidos outrora relembrados pela memória, incapaz de esquecer tais acontecimentos. O indivíduo ressentido não consegue digerir suas experiências desagradáveis, chafurdando-se assim nas recordações turbulentas que atazanam seu ânimo, buscando assim responsáveis por seu mal-estar psicofisiológico para que possa satisfazer seu ímpeto de reparação. Conforme argumenta Nietzsche,

> Os sofredores são todos horrivelmente dispostos e inventivos, em matéria de pretextos para seus afetos dolorosos; eles fruem a própria desconfiança, a cisma com baixezas e aparentes prejuízos, eles revolvem as vísceras de seu passado e seu presente, atrás de histórias escuras e questionáveis, em que possam regalar-se em uma suspeita torturante, e intoxicar-se de seu próprio veneno de maldade – eles rasgam as mais antigas feridas, eles sangram de cicatrizes há muito curadas, eles transformam em malfeitores o amigo, a mulher, o filho e quem mais lhes for próximo (NIETZSCHE, 1999, p. 117)

Interpretado no âmbito da moralidade religiosa, o ressentimento denota a incapacidade humana de suprimir os seus afetos reativos diante da figura do outro e uma disposição moralista de culpabilidade, decorrendo daí a má consciência.

A dificuldade de perdoar

Muitos cristãos apresentam grande dificuldade de perdoar as dívidas e as ofensas dos seus interlocutores, apesar da suma importância que a doutrina evangélica concede ao perdão na configuração prática da vida crística. Perdoar não é uma ação simples e exige grande força psicológica da parte daquele que realiza tal gesto magnânimo para com seu ofensor. Usualmente, em situações demasiado intrincadas, cristãos dizem que somente Deus pode perdoar, pois o coração humano é falho e limitado, logo, incapaz de efetivar esse processo de libertação interior. O cristão que não desenvolve a capacidade de perdoar vive imerso no veneno do ressentimento, disposição psicológica contrária ao espírito evangélico. Quem realmente ama ao seu "próximo" de modo incondicional? Quem consegue amar um inimigo? Quem é capaz de perdoar verdadeiramente uma ofensa, sem vir a se afetar pelos efeitos depressivos do ressentimento? Na teoria muitos devotos são cordeiros de paz, mas na primeira oportunidade em que deveriam evidenciar a força moral de sua fé, sucumbem ao ódio e aos atos de violência. O evangélico dispositivo do perdão multiplicado por "setenta vezes sete" (Mt, 18, 22) é uma realidade distante dos corações dos devotos rancorosos.

Situação talvez pior ainda seja a daqueles cristãos que ousam julgar no lugar de Deus, condenando por antecipação ao fogo do Inferno pessoas que cometeram crimes terríveis ou ações ignominiosas que ofendem violentamente a opinião pública. Espinosa, em uma belíssima explanação, afirma que

> A piedade, ó Deus imortal, e a Religião consistem em mistérios absurdos e são os que condenam absolutamente a razão, os que têm aversão e rejeitam o entendimento como coisa corrompida por natureza, são esses, suprema iniquidade, que passam por possuir a luz divina. Certamente que, se eles tivessem uma centelha que fosse da luz divina, não andariam tão cheios de soberba idiota e aprenderiam a honrar a Deus e distinguir-se-iam dos outros pelo amor, da mesma forma que agora se distinguem pelo ódio. Nem perseguiriam com tanta animosidade os que não partilham de suas opiniões; pelo contrário, sentiriam piedades deles (se é, de fato, a salvação alheia e não a própria fortuna que os preocupa). Além disso, se realmente tivessem alguma luz divina, ela ver-se-ia pela sua doutrina (ESPINOSA, 2003, p. 10).

Esse talvez seja o mais blasfemo pecado cometido pelos cristãos, pois esses sujeitos, desprovidos de onisciência, ousam proferir juízos que somente caberiam a Deus, fonte de misericórdia e de amor que certamente não age movido por parâmetros tacanhos de avaliação. Vejamos outras sublimes colocações de Espinosa:

> Inúmeras vezes fiquei espantado por ver homens que se orgulham por professar a Religião cristã, ou seja, o amor, a alegria, a paz, a continência e a lealdade para com todos, combaterem-se com tal ferocidade e manifestarem cotidianamente uns para com os outros um ódio tão exacerbado que se torna mais fácil reconhecer a sua fé por estes do que por aqueles sentimentos. De fato, há muito que as coisas chegaram a um ponto tal que é quase impossível saber se alguém é cristão, turco, judeu ou pagão, a não ser pelo seu vestuário, pelo culto que pratica, por frequentar esta ou aquela igreja, ou finalmente porque perfilha esta ou aquela opinião e costuma jurar pelas palavras deste ou daquele mestre. Quanto ao resto, todos levam a mesma vida. Procurando então a causa desse mal, conclui que ele se deve, sem sombra de dúvidas, a considerarem-se os cargos da Igreja como títulos de nobreza, os seus ofícios como benefícios, e consistir a Religião, para o vulgo, em cumular de honras os pastores. Com efeito, assim que começou na Igreja esse abuso, se apoderou dos piores homens um enorme desejo de exercer os sagrados ofícios; logo o amor de propagar a divina Religião se transformou em sórdida avareza e ambição, de tal maneira que o próprio templo degenerou em teatro, onde não mais se veneravam doutores da Igreja, mas oradores que, em vez de quererem instruir o povo, queriam era fazer-se admirar e censurar publicamente os dissidentes, não ensinando senão coisas novas e insólitas para deixarem o vulgo maravilhado. Daí surgirem grandes contendas, invejas e ódio, que nem o correr do tempo foi capaz de apagar (ESPINOSA, 2003, p. 9)

Sob uma perspectiva escatológica, talvez sejam esses cristãos imputados como puros e perfeitos que seriam os primeiros condenados ao fogo infernal, pois eles se julgam superiores aos demais por conta de sua pretensa pureza espiritual, considerando todo o resto do mundo a escória por excelência que merece toda sorte de sofrimentos. Segundo Nietzsche

> - Não nos devemos deixar enganar: "Não julguem" [Mateus, 7,1] dizem eles, mas mandam ao inferno tudo o que lhes fica no caminho. Fazendo com que Deus julgue, eles próprios julgam; glorificando a Deus, glorificam a si mesmos; promovendo as virtudes de que são capazes – mais ainda, de que têm necessidade para ficar no topo -, dão a si mesmos a grande aparência de pelejar pela virtude, de lutar pelo predomínio da virtude (NIETZSCHE, 2007, p. 52)

A elaboração da ideia da existência do Inferno como local de expiação da postulada iniquidade seria uma das mais grotescas criações do espírito de ressentimento contra a divergência, contra todo tipo de ação que vai de encontro aos interesses e valores teológicos instituídos dogmaticamente pela estrutura dominante dos sacerdotes. É a partir de tal perspectiva que Nietzsche ironiza o fato de Dante Alighieri ter colocado no portal do "Inferno" de sua *Divina Comédia* a inscrição "Também a mim criou o eterno amor" [DANTE ALIGHIERI, "Inferno", III, vs. 5-6], quando na

verdade seria mais justificado dizer "também a mim criou o eterno ódio" (NIETZSCHE, 2007, p. 40).

Os pretensos cristãos jamais poderiam se sentir felizes no "Céu" se não tivessem a plena certeza de que os seus "inimigos" estavam sofrendo uma punição conveniente no Inferno, esperança vingativa que nada mais é que um venenoso sentimento anticristão; a beatitude do devoto ressentido é negativa, pois nasce do reconhecimento do sofrimento do outro, do pecador.

O sujeito imbuído da disposição evangélica não julga o outro que erra, mas antes se esforça para ajudá-lo de todas as formas a sair do seu estado de declínio. Podemos inclusive afirmar que o sujeito que peca está mais próximo da essência divina do que o puro, pois este, pretenso imaculado, julga prescindir da Graça Divina para se manter incólume no caminho da Salvação e assim acaba por sucumbir perante sua própria arrogante autossuficiência. Espinosa afirma que

> A verdadeira felicidade e beatitude do indivíduo consiste unicamente na fruição do bem e não, como é evidente, na glória de ser o único a fruir quando os outros dele carecem; quem se julga mais feliz só porque é o único que está bem, ou porque é mais feliz e mais afortunado que os outros, ignora a verdadeira felicidade e a beatitude. Porque a alegria que assim se experimenta, a menos que seja infantil, não pode resultar de outra coisa que não seja a inveja e a má vontade (ESPINOSA, 2003, p. 50).

Quem reconhece o pecado incrustrado no âmago desenvolve a consciência de seu próprio falibilismo, e assim atua no mundo de maneira sensata, moderada, desprovido de maiores certezas. O cristão autoproclamado puro usualmente sucumbe ao pecado da soberba e do orgulho espiritual, quebrando assim sua caminhada rumo ao núcleo divino; tanto pior, o seu afastamento radical em relação ao pecado lhe retira o senso de superação, pois somente ao vivenciar a dor da corrupção ele pode compreender efetivamente o que é o nada. Por isso a conversão do pecador é mais interessante do ponto de vista soteriológico do que a vida pacata do fiel, muitas vezes automatizado por uma rotina cega, desprovida de flutuações existenciais. Deus, sendo onipotente, pode perdoar os pecados mais horrendos, e sendo ainda expressão máxima do amor, não poderia agir de outra maneira, pois o amor cobre uma multidão de pecados (1 Pd, 4,8). O amor, sentimento transfigurador da existência, acolhe todas as coisas e reveste-as de dignidade. A práxis crística não estabelece distinções entre Bem e Mal, pois compreende a experiência da vida como uma relação monista do homem para com Deus em sua mediação com a natureza. Desse modo, o amor se torna uma disposição fundamental que reveste todos os atos daquele que vivencia a beatitude crística em seu âmago, divinizando todas as coisas. Para Kierkegaard,

> O amor cobre a multidão dos pecados. Pois ele não os descobre; porém o não descobrir o que no entanto deve estar aí, na medida em que se deixa descobrir, é cobrir [...] Pelo perdão, o amor cobre a multidão dos pecados (KIERKEGAARD, 2005, p. 331)

Quanto mais o homem peca, mais ele glorifica a Deus, pois maior será sua obra de remissão da culpa humana. Logo, a grandiosidade de Deus é proporcional ao pecado da condição humana. Lembremo-nos da narrativa evangélica acerca da mulher que unge

os pés de Jesus com óleo e enxuga-os com seus cabelos e o Nazareno diz que seus numerosos pecados lhe são perdoados porque ele demonstrou muito amor (Lc, 7, 47).

Um Deus que não pode perdoar os pecados mais ignominiosos não é um ser divino pleno. Nesse contexto, podemos afirmar que Deus não ama o pecador e odeia o pecado, em verdade Deus ama o pecado do pecador, pois somente assim o homem pode estabelecer a conexão imanente com sua essência sagrada mediante a consciência de seu afastamento da plenitude divina. Esse é o grande paradoxo da experiência do pecado, pois ao mesmo tempo em que o pecador supostamente se distancia do âmago divino ao transgredir os mandamentos sagrados, ele também afirma assim sua própria singularidade existencial e sua autonomia, tornando-se, ainda, merecedor da misericórdia divina que tudo absolve em seu infinito amor.

Família

Muitos cristãos, desprovidos de senso histórico, desconhecem que a família é uma construção social, de modo que os laços familiares não são estruturas atemporais, mas configurações afetivas que se modificam no decorrer das eras a partir de critérios materiais e simbólicos. O próprio Cristianismo originário rompe com a noção de família baseada nos laços de sangue, criando uma noção comunal de associação de pessoas imbuídas de um espírito agregador, a vida crística, para além das diferenciações parentais. Jesus de Nazaré em diversos momentos de sua doutrina evangélica evidencia a incompatibilidade de sua práxis com os parâmetros judaicos das configurações familiares:

> Não julgueis que vim trazer paz a Terra; não vim trazer-lhe paz, mas espada; porque vim separar o homem contra seu pai, e a filha contra sua mãe, e a nora contra sua sogra; e os inimigos do homem serão os seus mesmos domésticos (Mt, 10, 34-36).

A vivência crística desperta no indivíduo a capacidade de se emancipar dos seus valores mais tradicionais, abrindo-se ao novo, ao desconhecido, ao insólito, de modo que seus preconceitos são eliminados de sua consciência. Se a família de sangue impede a libertação existencial do indivíduo imerso na beatitude evangélica, a sua família espiritual, em plena sintonia com suas aspirações existenciais, lhe promoverá a emancipação.

O discurso reacionário usualmente defende uma concepção de família pautada numa pretensa ordem natural, como se esta fosse a única possível ou a única aceitável, excluindo todas as demais de sua categorização. Nesse contexto, a verdadeira família seria a biparental, heterossexual, na qual a perpetuação da espécie humana se torna o fim maior. Diversos grupamentos religiosos incrustrados na política defendem ferrenhamente os princípios moralistas dessa organização familiar nas suas atividades parlamentares, inclusive fazendo dessa questão sua grande plataforma eleitoreira, não obstante a laicidade do Estado republicano, incompatível com esses ranços teológicos arcaicos. A vivência crística originária não nega o valor da composição familiar, apenas nos faz perceber que de nada adianta vivermos enclausurados na dimensão fechada da família como se esta fosse o grande refúgio para os males cotidianos da sociedade, desprovidos, assim, de

comunicação autêntica com os demais membros do entorno.

A verdadeira vida comunal crística abole as barreiras parentais, ampliando assim os laços de cooperação que envolve os sujeitos imbuídos de um senso espiritual de amor, de amizade, de tolerância, de paz. Por conseguinte, de nada adianta preservar a estrutura biparental da organização familiar se porventura ela não é regida pelo amor e seus efeitos criadores na prática cotidiana. Em nome de um formalismo moralista, quantas famílias escamotearam os seus problemas estruturais para que dessem mostra pública de sua suposta harmonia interna, passando-se assim como o modelo ideal de família, quando em verdade a infidelidade e a desarmonia reinam nessa relação? Aliás, muitos matrimônios pretensamente erigidos sob a égide da moral cristã foram estabelecidos por relações de conveniência financeira ou política, sendo o amor autêntico escamoteado para segundo plano. Conforme Engels,

> Se somente o casamento baseado no amor é moral, só pode ser moral o casamento em que o amor persiste. Mas a duração do acesso de amor sexual individual é muito diversa segundo os indivíduos, particularmente entre os homens. Em razão disso, quando o afeto desaparece ou é substituído por um novo mais apaixonado, a separação será um benefício tanto para ambas as partes como para a sociedade (ENGELS, 2012, p. 81).

Mesmo a sociedade atual, mais liberal e flexível em seus vínculos, ainda apresenta resquícios desses modelos matrimoniais arranjados por interesses alheios ao espírito amoroso, circunstância que evidencia o quão hipócrita e contrária aos paradigmas da vida é a defesa da insolubilidade do casamento assim como a apologia de sua estrutura biparental. O filisteu religioso não sabe que onde existe amor, Deus aí está.

Política

A práxis crística originária realiza-se na própria imanência e nos permite ver que o Reino dos Céus não está para além do mundo físico, da Terra, mas se encontra imediatamente unido a ela. É por isso que, de acordo com os Evangelhos, Jesus teria afirmado que o "Reino de Deus está dentro de nós" (Lc 17, 21). Contudo, isso não significa que o Reino de Deus se realizará concretamente, como um Estado instaurado publicamente e que se constituirá politicamente como tal. As bases originais da doutrina evangélica evidenciavam um distanciamento em relação ao mundo das articulações políticas, e em diversas circunstâncias Jesus de Nazaré deu mostras de que seu projeto messiânico não se concretizaria através de um Estado Divino na Terra, tal como em seu diálogo com Pôncio Pilatos "Meu reino não é deste mundo. Se meu reino fosse desse mundo, meus súditos teriam combatido para que eu não fosse entregue aos judeus. Mas meu reino não é daqui" (Jo, 18, 36).

Todavia, mediante a difusão da mensagem crística pelo mundo antigo e sua assimilação pela administração imperial romana, os valores cristãos, após tortuoso período de perseguição e rechaço, foram acoplados naquela estrutura política, legitimando-a moralmente e ideologicamente. Nessas condições, surgiu assim o dito Estado Cristão, uma contradição categórica, pois a doutrina crística é incompatível com a estrutura normativa de todo organismo civilizacional. Tolstói se indaga acerca dessa questão:

> Cristo pedia realmente a seus discípulos que aceitassem os preceitos do Sermão da Montanha? Então pode ou não o cristão participar da justiça, seja como juiz, seja como acusador, o que se constitui numa apelação à força? Pode ele ou não, permanecer cristão, participar da administração, isto é, usar da força contra seus semelhantes? E enfim, pergunta mais importante, a que, com o serviço militar obrigatório, interessa hoje a todos: pode o cristão, contrariamente à indicação tão precisa de Cristo, servir o exército e assim cometer homicídio ou preparar-se para tal? (TOLSTÓI, 1994, p. 56).

A partir de um viés radical, pode-se dizer que o estabelecimento estatal é fonte de todo "mal", pois as suas bases se fundamentam na opressão humana; por conseguinte, a aspiração pela instauração de um "reino divino" na vida humana não pode depender das estruturas materiais e extensivas do poder vulgar, pois um Estado somente sobrevive politicamente quando se utiliza de parâmetros normativos na sua constituição, mesmo que os seus propósitos sociais proporcionem a ampliação da qualidade de vida dos seus cidadãos. Nessas circunstâncias, não existe no mundo nenhum Estado que de fato seja "cristão", pois entre ambos há uma incompatibilidade natural. Tolstói argumenta que "o Cristianismo, em seu verdadeiro significado, destrói o Estado. Isso foi assim compreendido desde o início e por isso Cristo foi Crucificado" (TOLSTÓI, 1994, p. 221).

Um Estado que porventura venha a propor a justiça, a ordem e a paz como seus atributos políticos fundamentais pode convenientemente se aproveitar de alguns conceitos cristãos e agregá-los em seu modus operandi, ainda que se crie assim um grande híbrido estatal, pois o uso de toda força militar já se configura como uma negação do modelo de vida crístico. A grande violação cometida contra a axiologia evangélica ocorre quando esta se pauta a um mero sustentáculo ideológico e moral de um sistema civilizatório que se fundamenta pela violência e pelos instrumentos coercitivos, notadamente anticristãos.

O advento da Modernidade conduziu a um processo de secularização de toda estrutura política do mundo cristão, havendo uma significativa separação entre o poder teológico e o poder estatal. No caso da República Brasileira, a laicidade do Estado é uma das suas características formais fundamentais, ao menos a partir de uma perspectiva teórica, pois em verdade percebemos cada vez mais dificuldade de separarmos a dimensão religiosa da esfera política, pois sua agenda, que deveria se libertar definitivamente dos preconceitos morais do discurso teológico reacionário, continuamente se submete ao mesmo, como forma de agradar aos líderes das mais diversas e heteróclitas seitas cristãs, em nome do consenso que satisfaz os interesses particulares das bancadas fundamentalistas incrustradas nos poderes executivos, legislativos e judiciários. Aproveitemos as colocações extemporâneas de Nietzsche:

> Para onde foi o último sentimento de decência, de respeito de si mesmo, se até os nossos estadistas, homens bastante desembaraçados e perfeitamente anticristãos nos atos, ainda se denominam cristãos e recebem a comunhão?... Um jovem príncipe, à frente do seu regimento, magnífico como expressão do egoísmo e da soberba de seu povo – mas, sem nenhum pudor, confessando-se cristão!... A *quem* o cristianismo nega, então? O que

> chama de "mundo"? ser soldado, juiz, patriota; defender-se; zelar por sua honra; querer sua vontade; ser orgulhoso... Toda prática de todo momento, todo instinto, toda valoração que se torna *ato* é anticristã atualmente: que aborto de falsidade deve ser o homem moderno, se apesar de tudo não se envergonha de ainda chamar-se cristão! (NIETZSCHE, 2007, p. 45).

Por conseguinte, quantas questões de interesse nacional foram silenciadas para que não se desagrade os líderes conservadores das seitas cristãs infiltradas em nossas estruturas políticas e a grande massa de devotos que acata piamente os discursos obscurantistas desses ideólogos religiosos, marcos infelizes de nossa degradação cultural? Para que a nação brasileira prospere no progresso amplo e irrestrito não basta que a corrupção seja erradicada de sua estrutura política, mas também que as determinações religiosas enfim deixem de interferir na agenda política dos grandes temas de interesse nacional. Conforme argumenta D. H Lawrence,

> O Estado não pode ser cristão. Todo Estado é poder. Não há como não sê-lo. Todo Estado têm de proteger suas fronteiras e sua propriedade. Se não o faz, ele trai todos os seus cidadãos individuais (LAWRENCE, 1990, p. 118)

Contudo, o Estado não hesita em agradar ao clero para que suas ações ignominiosas adquiram legitimidade moral perante a massa devota. A estrutura eclesiástica se vendeu aos imperativos governamentais.

Dinheiro

Um tema sempre polêmico para os adeptos da moral cristã reside na legitimidade do dinheiro como o regulador econômico da vida material. A doutrina evangélica não pressupõe a satanização do dinheiro, mas sim o seu usufruto egoísta, desprovido assim de qualquer consideração caritativa em relação aos menos logrados economicamente. O poder financeiro continuamente desumaniza o seu detentor, que passa a ver os outros como meras coisas ou animais cujas vidas orbitam em torno dos seus interesses. Por isso Jesus de Nazaré disse que é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus, pois o homem provido de posses materiais, incapaz de se desapegar dos mesmos, chafurda na dimensão reificada da vida, sendo incapaz de qualquer conexão com a esfera divina. Sabemos que as instituições eclesiásticas hipocritamente condenavam o lucro nas relações comerciais, todavia elas mesmas prosperaram mediante a espoliação cotidiana dos mais pobres, que acreditavam piamente nessa associação diabólica entre lucro e pecado. Tolstói argumenta: "Você olha o mendigo como refugo da sociedade, enquanto o homem rico é que deveria ser olhado assim. É o rico que oprime você e o arrasta aos tribunais" (TOLSTÓI, 2011, p. 49).

O espírito protestante resgata o valor do dinheiro como um sinal da Graça Divina, criando assim o discurso da Teologia da Prosperidade, como se porventura o homem abençoado por Deus obtivesse a riqueza financeira pela concessão divina como distinção evidente de sua pureza espiritual perante os pecadores condenados à penúria material e espiritual. Max Weber apresenta com precisão esse espírito plutocrático:

> Acima de tudo, este é o *summum bonum* [sumo bem] dessa "ética": ganhar dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho, algo tão

> simplesmente despido de todos os pontos de vista eudemonistas [referente a busca pela felicidade interior] ou mesmo hedonistas e pensado não exclusivamente como fim em si mesmo, que, em comparação com a "felicidade" do indivíduo ou sua "utilidade", aparece em todo caso como inteiramente transcendente e simplesmente irracional (WEBER, 2004, p. 46).

Conforme a interpretação weberiana, o esforço laboral do fiel protestante fundamentar-se-ia apenas na disposição para o acúmulo do dinheiro, jamais para o seu usufruto material imediato. Apesar de toda racionalidade técnica que regula o sistema produtivo capitalista, suas bases valorativas se fundamentam na moralidade cristã em sua versão puritana; por outras palavras, seria talvez impossível o sistema capitalista, não obstante a estruturação científica de sua superfície, se sustentar ideologicamente se porventura o espírito da renúncia ao gozo próprio do protestantismo tradicional não servisse de fundamento para a manutenção desse sistema que despersonaliza o sujeito. Abordando ainda outros elementos da ética protestante, Max Weber salienta: "Com certeza não para fins de concupiscência da carne e do pecado, mas sim para Deus, é permitido trabalhar para ficar rico" (WEBER, 2004, p. 148). Ora, qual o sentido de acumular capital pelo capital, sem a sua utilização para o conforto material pessoal, familiar ou social? Como "Deus" se beneficiaria dessa abnegação moral do trabalhador em relação aos frutos do seu trabalho? Talvez não seja "Deus" o maior beneficiário da moral de renúncia ao gozo, mas os oportunistas capitalistas, os empresários, os patrões, os detentores dos meios de produção que se utilizam dos subterfúgios moralistas da religiosidade normativa para adestrarem os trabalhadores aos seus objetivos nem um pouco altruístas. Conforme a interpretação weberiana,

> A riqueza é reprovável precisamente e somente como tentação de abandonar-se ao ócio, à preguiça e ao pecaminoso gozo da vida, e a ambição de riqueza somente o é quando o que se pretende é poder viver mais tarde sem preocupação e prazerosamente. Quando porém ela advém enquanto desempenho do dever vocacional, ela é não só moralmente lícita, mas até mesmo um mandamento (WEBER, 2004, p. 148).

Como o sujeito dedicará seu tempo disponível para a contemplação divina se porventura grande parte de seu dia é dedicado ao exaustivo regime laboral? A moral puritana pressupõe que o dispêndio de tempo consumido em prol do trabalho é mais conveniente aos propósitos divinos do que o tempo utilizado para as práticas ritualísticas, os cerimoniais, as orações. Tempo é dinheiro, conforme a grande divisa puritana/capitalista. Nessas condições, encontramos no espírito puritano o substrato moral para a formação do capitalismo, de modo que este de forma alguma é incompatível com essa adaptação do sistema cristão ao ideário produtivo moderno. Para Walter Benjamin,

> O capitalismo presumivelmente é o primeiro caso de culto não expiatório, mas culpabilizador. Nesse aspecto, tal sistema religioso é decorrente de um movimento monstruoso. Uma monstruosa consciência de culpa que não sabe como expiar lança mão do culto, não para expiar essa culpa, mas para torná-la universal, para martelá-la na consciência e, por fim e acima de tudo, envolver o próprio Deus nessa culpa, para que ele se

> interesse pela expiação (BENJAMIN, 2013, p. 22).

A distorção dessa ética protestante na realidade cultural moderna como capitalismo religioso, e o imenso poder de captação de divisas que os pastores de rapina exercem sobre os seus fiéis, não é de todo estranho, pois a legitimação do acúmulo incondicional em nome de Deus é a negação espiritual do mesmo. Walter Benjamin argumenta que

> No Ocidente, o capitalismo se desenvolveu como parasita do Cristianismo – o que, precisa ser demonstrado não só com base no calvinismo, mas também com base em todas as demais tendências cristãs ortodoxas -, de tal forma que, no final das contas, sua história é essencialmente a história do seu parasita, ou seja, do capitalismo (BENJAMIN, 2013, p. 23).

Se outrora os clérigos cristãos vendiam indulgências para pobres tolos crédulos e cargos eclesiásticos para pessoas proeminentes, atualmente raposas travestidas de pastores de almas vendem bênçãos mágicas aos fiéis dispostos a pagar por elas. Basta lembrarmos que poucos pastores aplicam o montante dos dízimos em obras sociais; em geral essa classe de rapinadores investe em sua própria qualidade de vida, na aquisição de mansões, de automóveis de luxo, dentre outros fetiches de consumo contrários ao verdadeiro espírito crístico. Esses bens materiais são moralmente legitimados como pretensos frutos da dádiva divina que outorga seus prêmios àqueles que são dotados de fé; em verdade nada mais são do que produtos espoliados de uma massa ignorante e pobre de espírito que vive perpetuamente em estado de alienação de consciência.

Grandes nações divinizam de forma blasfema o dinheiro em suas cédulas, justamente um dos maiores instrumentos de divisão social entre os indivíduos, reforçando mais uma vez o grande disparate do Estado Plutocrático que se aproveita da tradição moral cristã para conquistar legitimidade. Ao invés de "Deus seja louvado", incompatível com a laicidade da configuração republicana do Estado, caberia a afirmação do próprio dinheiro como instrumento de louvor, circunstância que se revelaria menos chocante axiologicamente.

Considerações finais

A prática de bons costumes e a consolidação de uma vida moralmente correta independe da fé em Deus, pois podemos encontrar pessoas de conduta exemplar no âmbito social que não professam qualquer credo religioso, enquanto outras pessoas que pretensamente são fiéis aos mandamentos divinos que não seguem a rigor as mesmas e realizam ações moralmente reprováveis na vida pública ou privada. Talvez o que ocorra seja que as pessoas com disposições morais excelentes, pelo fato de acreditarem em Deus, reforcem as suas disposições virtuosas pessoais justamente pelo sentimento de adequação entre suas ações e os mandamentos divinos que pressupõe a prática do bem.

Encontramos cotidianamente casos exemplares de pessoas que aplicam a ética cristã em suas ações, exercendo a caridade e a justiça nas suas relações sociais. Todavia, é imprescindível que os fiéis cristãos sejam ainda mais rigorosos na aplicação dos ensinamentos cristãos em suas vidas, pois, não obstante a formação cristã de nossa sociedade, ainda vigora o ódio, o egoísmo, a cobiça, a inveja, dentre outros afetos reativos que estabelecem o afastamento entre as pessoas. Muitos

que se proclamam cristãos e que dão testemunho público de sua fé, inclusive através de grandiloquentes tons orgulhosos, não deixam de recorrer a subterfúgios desonestos para que obtenham vantagens pessoais, o que viola o senso de justiça e de verdade da doutrina evangélica primordial. Mesmo na dimensão educacional percebemos essa hipocrisia reinante nas vidas dos que usam a máscara cristã para que possam prosperar academicamente, utilizando-se de colas e outros artifícios intelectualmente claudicantes nessa paulatina miséria intelectual.

A aplicação da ética cristã deve ser incondicional e um exercício constante de virtude, pois, caso contrário, corre o risco de se tornar apenas uma palavra esvaziada de sentido que, nos momentos mais importantes, não é exercida fielmente. Se a civilização cristã adotasse rigidamente as prédicas evangélicas, a paz e o amor reinariam entre os povos e as violências mais cruéis seriam progressivamente eliminadas da ordem social.

A sociedade da era técnica se emancipou das amarras morais das instituições eclesiásticas, mas de modo algum ela perdeu a necessidade de uma busca espiritual para preencher o vazio da sua existência, e o projeto burguês da felicidade definitiva conquistada na Terra mediante o usufruto dos bens materiais se revelou um fracasso, enquanto a axiologia crística originária perpetua continuamente a sua pertinência, para além de qualquer dogma ou sectarismo. Porém, enquanto perdurarem as intenções e as atitudes incompatíveis desses falsos cristãos, pouco avanço ético obteremos em nossas relações sociais, de modo que um ateu virtuoso é muito mais útil para o estabelecimento do bem comum do que um cristão hipócrita, que traz o nome de Deus em sua boca, mas que em seu âmago porta todas as iniquidades imagináveis.

Referências

BENJAMIN, Walter. "O capitalismo como religião". In: **O capitalismo como religião**. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 21-25.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Direção Editorial de Paulo Bazaglia. São Paulo: Paulus, 2002.

DANTE ALIGHIERI. **A Divina Comédia**. Trad. de Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. de Ciro Moranza. São Paulo: Lafonte, 2012.

ESPINOSA, Baruch. **Tratado Teológico-Político**. Trad. de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KIERKEGAARD, Soren A. **As obras do Amor**: algumas considerações cristãs em forma de discursos. Trad. de Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 2005.

LAWRENCE, D. H. **Apocalipse / O Homem que morreu**. Trad. de Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo: maldição ao Cristianismo / Ditirambos de Dionísio**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. Trad. de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TOLSTÓI, Liev. **Minha Religião**. Trad. de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: A Girafa, 2011.

_____. **O Reino de Deus está em vós**. Trad. de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1994.

Recebido em 2014-11-28
Publicado em 2012-12-10